

 **zema** | FINANCEIRA

 **zema** | CONSÓRCIO

RELATÓRIO DE PILAR III
CONGLOMERADO PRUDENCIAL ZEMA



Sumário

1. OBJETIVO.....	3
2. INSTITUCIONAL.....	3
2.1. Organograma.....	4
3. CONTEXTO DE NEGÓCIOS.....	4
4. TABELA OVA.....	5
4.1. Modelo de Negócios e Perfil de Riscos.....	5
4.2. Governança do Gerenciamento de Riscos.....	6
4.3. Cultura de Riscos.....	7
4.4. Mensuração de Riscos.....	7
4.5. Processo de Reporte.....	8
4.6. Testes de Estresse.....	8
4.7. Estratégias de Mitigação.....	9
4.8. Gerenciamento de Capital.....	10
5. RISCO DE CRÉDITO.....	10
5.1. Políticas e diretrizes para o gerenciamento do Risco de Crédito.....	11
5.2. Sistemas de Controle.....	11
5.3. Exposição ao Risco de Crédito.....	12
6. RISCO DE LIQUIDEZ.....	13
6.1. Políticas e diretrizes para o gerenciamento do Risco de Liquidez.....	14
6.2. Estrutura de Gestão.....	14
6.3. Captações e Ativos de Liquidez.....	15
7. RISCO DE MERCADO.....	16
7.1. Políticas e diretrizes para o gerenciamento do Risco de Mercado.....	16
7.2. Estrutura de Gestão.....	16
7.3. Mensuração da Carteira Bancária.....	17
8. RISCO OPERACIONAL.....	17
8.1. Estrutura de gestão.....	18
8.2. Ações de Gerenciamento.....	18
8.3. Capital destinado ao Risco Operacional.....	18
9. GESTÃO DE CAPITAL.....	19
9.1. Estrutura de gestão.....	19
9.2. Sistemas de controle.....	20
9.3. Composição do Índice de Basileia.....	21
10. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	22



1. OBJETIVO

Este relatório busca atender ao requerido pelo Banco Central do Brasil na Resolução BCB 54, de 16/12/2020, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes a estrutura de gerenciamento de riscos e os indicadores prudenciais do Conglomerado Prudencial Zema. O documento a seguir, irá apresentar, de forma detalhada, dados qualitativos e quantitativos dos principais procedimentos relativos ao gerenciamento de riscos, proporcionando transparência e acesso às informações que permitam a alta administração e investidores, avaliar a adequação de capital das instituições, atendendo dessa forma às recomendações do Pilar III do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária.

2. INSTITUCIONAL

O Conglomerado Prudencial Zema é formado pela Zema Financeira e pela Zema Administradora de Consórcio. Ambas fazem parte do Grupo Zema, grupo empresarial que, em 2020, completou 97 anos de existência. O Grupo Zema, notável por sua solidez e crescimento contínuo em diversos segmentos, finda 2020 com mais de 430 lojas de eletrodomésticos, distribuídas em 6 estados da federação, ao mesmo tempo que consolida seu e-commerce Zema.com, expandindo o alcance das marcas da empresa e oferecendo uma impressionante seleção de produtos.

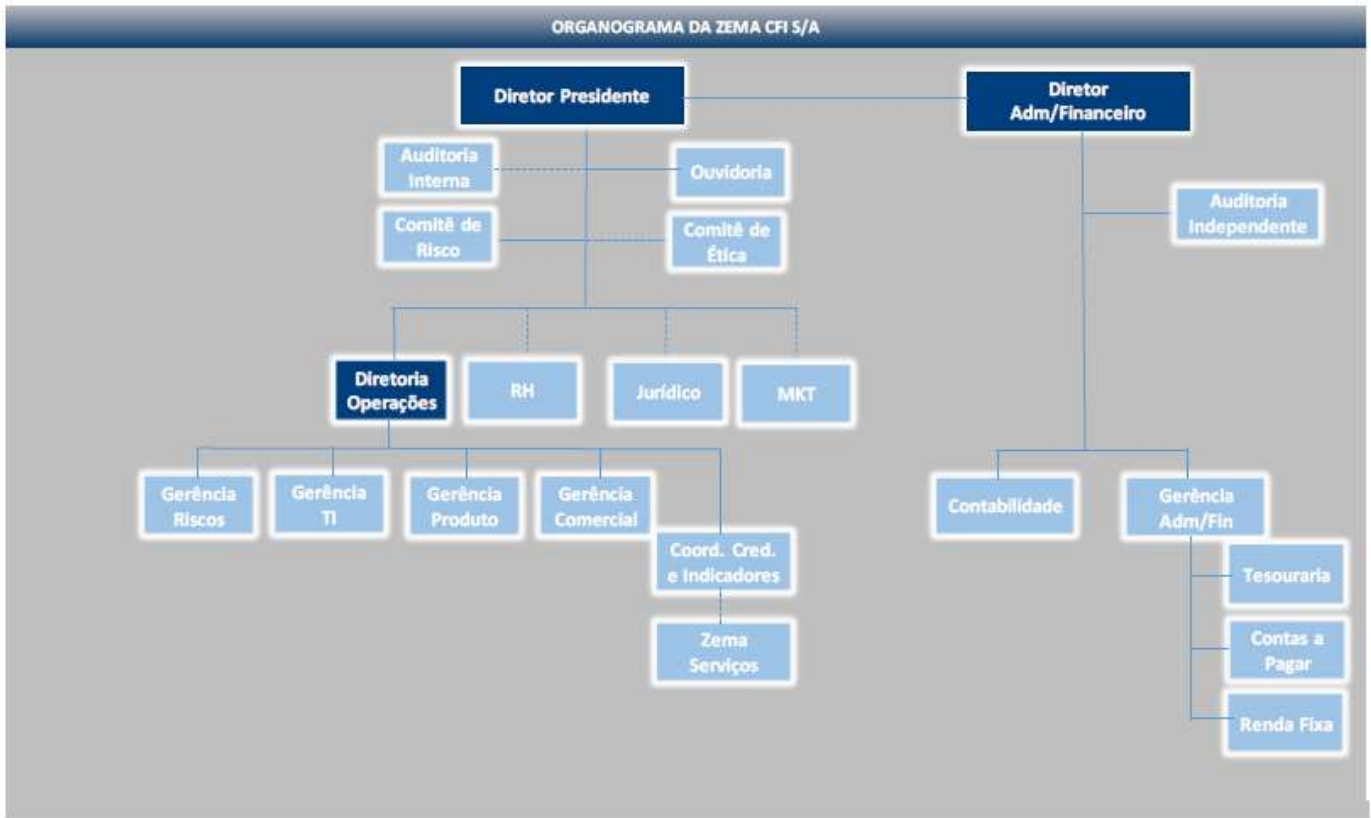
Incorporada em 2015, a Zema Financeira é o braço financeiro do Grupo Zema, com a oferta de produtos de Financiamento de Bens de Consumo, Capital de Giro e Empréstimo Pessoal. Em 2018, a Zema Financeira iniciou expansão de seus correspondentes bancários, buscando mais autonomia e independência, ao passo que fortaleceu também a oferta de produtos aos clientes da Eletrozema. Combinadas, tais estratégias proporcionaram um crescimento anual médio de 43% entre 2016 e 2020, em termos de ativos totais, partindo do patamar de R\$ 157 Milhões em Ativos no primeiro ano da série e finda o período somando R\$ 652 Milhões.

A Zema Administradora de Consórcio, é uma das empresas de maior tradição no segmento de consórcio, com 31 anos de história e mais de 30 mil clientes contemplados nas modalidades imóveis, automóveis, *kit* eletro e serviços. Encerrou o ano de 2020 com resultado significativo e um plano de expansão arrojado, que contemplam o fortalecimento de venda na estrutura da rede varejista do Grupo, além da implantação do canal 100% digital de vendas. A migração sistêmica de toda a estrutura de *front* e *back office* ocorrida em 2020 visa suportar em termos de segurança e controles a perpetuação e inovação dos negócios da Administradora.



2.1. Organograma

O Conglomerado Prudencial se organiza da maneira a seguir:



3. CONTEXTO DE NEGÓCIOS

É inquestionável a atipicidade do ano de 2020. A pandemia do Covid-19 impôs restrições e um agravamento nas condições econômicas, sociais e sanitárias a todos os agentes econômicos. As repercussões nos negócios foram, para alguns, momentâneas, e para outros nem tanto. Os eventos que decorreram ao longo do ano fugiram de todas as expectativas para o período, os quadros eram até então inimagináveis, ou para os mais conservadores, remotos.

Apesar da contração da economia brasileira, o Conglomerado Prudencial foi bem-sucedido em expandir sua carteira de crédito. Em termos de crédito direto ao consumidor, as restrições de mobilidade e funcionamento dos pontos de venda impactaram mais, ao início da pandemia, que no produto empréstimo pessoal. Apesar das limitações, a Carteira Crédito apresentou um crescimento expressivo ao longo do ano de 2020.



A gestão de riscos se mostrou deveras desafiadora nesse cenário. A imprevisibilidade do cenário pandêmico e as flutuações de mercado por ele causadas ditaram a problemática enfrentada pelo monitoramento e gerenciamento dos riscos.

Os desafios se colocaram, especialmente no primeiro semestre do ano, com relação às volatilidades. O Risco de Mercado, apurado pela metodologia de Valor em Risco (VaR) no método Pjur 1, foi particularmente impactado pela ascensão das volatilidades de curto, médio e longo prazos, especialmente entre março e julho de 2020.

A inadimplência potencial, decorrente da retração da renda e do emprego, se colocou como fator de risco preponderante na apreciação dos Riscos de Crédito e Liquidez. Ao primeiro, o desafio se colocou nas previsões de Perda Esperada para a carteira de crédito, muito influenciada por uma piora nos ratings de atraso dos contratos.

Nesse cenário, a gestão dos riscos demandou um olhar mais cauteloso e o trabalho com cenários que outrora seriam inadequados. Contudo, os processos e métodos adotados pela área de Riscos se mostraram adequados às mudanças repentinas nas expectativas, tanto de mercado quanto de negócios.

4. TABELA OVA

4.1. Modelo de Negócios e Perfil de Riscos

Considerando o ambiente regulatório no qual está inserido e as condições de competitividade do mercado em que atua, o Conglomerado define os riscos aos quais está sujeito e os respectivos limites máximos de exposição que pode assumir sem descumprimento às normas regulatórias e demais obrigações com a alta administração. A organização aborda e acompanha em sua RAS todos os tipos de riscos, não somente os financeiros.

A gestão do Risco Operacional, de Mercado, de Crédito e de Liquidez considerados como riscos financeiros pretende assegurar ao Conglomerado, seus acionistas e investidores a transparência, mitigação preventiva e saúde financeira dos negócios através da identificação, avaliação, monitoramento e reportes à Alta Administração e ao Comitê de Riscos.

A gestão de Riscos de Reputação, Sócio Ambiental e de *Compliance*, considerados como não financeiros, é um processo aplicado em vários níveis e departamentos e contribui para o fortalecimento da governança no cumprimento dos objetivos organizacionais. A gestão desses riscos envolve, entre outros aspectos, identificação e avaliação de eventos em potencial, capazes de afetar os objetivos da organização.



4.2. Governança do Gerenciamento de Riscos

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos do Conglomerado Prudencial Zema é composta por uma Diretoria Executiva, pela Presidência, pela Área de Controle de Riscos Corporativos e Auditoria Interna. As atribuições individuais estão descritas a seguir.

À **Diretoria Executiva**, é fórum de diretores que compõe o **Comitê de Riscos, Capital e PLD**, é atribuído o apoio ao desenvolvimento, implementação e desempenho da estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital e da estrutura de gerenciamento de cada categoria de risco em particular adequada ao contexto das empresas do Conglomerado Prudencial. Adicionalmente, o Comitê deve analisar e aprovar as políticas e indicadores de gerenciamento dos riscos incorridos pela instituição, o plano de capital, bem como, aprovar os limites da RAS, planos de ação e de mitigação. Ainda, em encontros mensais, o fórum avalia a evolução da demanda de capital considerando as diferenças entre os valores projetados no Plano de Capital da instituição e realizados.

O **Diretor Presidente** deve: supervisionar o desenvolvimento, implementação e desempenho da estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, garantir que a Organização tenha uma estrutura de gerenciamento de risco para cada categoria individual (Operacional, Crédito, Liquidez, Mercado, etc.) adequada ao contexto das empresas do Conglomerado, verificar a adequação das políticas, bem como propostas de atualizações das mesmas, revisar e propor alterações na RAS, garantir a capacitação dos colaboradores da Área de Controle de Riscos Corporativos, coordenar a definição dos eventos de estresse, apresentar à Diretoria Executiva: indicadores de riscos e aderência aos limites da RAS, avaliação dos processos, comunicar tempestivamente as exceções ocorridas ao conhecimento e decisão Comitê de Gerenciamento Integrado de Riscos e da Diretoria Executiva. Ademais, é responsável por garantir uma estrutura de gerenciamento de capital que deve prever, no mínimo: mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido – PRE, metas e projeções de capital, garantir que o plano de capital seja consistente com o planejamento estratégico, e reportes periódicos sobre a adequação de capital.

A operacionalização dos processos e relatórios de riscos, capital e PLD é realizada pela **Área de Controle de Riscos Corporativos**. Esta deve: elaborar e submeter o Relatório Periódico de Riscos ao Diretor Presidente, implementar e acompanhar os indicadores de risco definidos em cada política individual e na RAS, acionar o Comitê de Riscos, Capital e PLD para análise de situações excepcionais.



Por fim, o Conglomerado conta **Auditoria Interna**, subordinada a Diretoria Executiva, que realiza o monitoramento e acompanhamento das atividades, complementando o gerenciamento do Risco Operacional.

4.3. Cultura de Riscos

O Conglomerado Prudencial Zema é comprometido com a difusão da cultura de gerenciamento de riscos pelos colaboradores do conglomerado. Ações de governança são reforçadas através de treinamentos internos, segregação de atividades e valorização das pessoas. Adicionalmente, a Instituição é regida por uma política clara de conformidade e atua ativamente na disseminação de práticas condizentes com as normas internas, de reguladores e legais.

Reforçando o compromisso com a boa governança corporativa, o Conglomerado possui o Código de Conduta e Ética, o qual é disponibilizado através de curso online a todos colaboradores para acesso e interpretação do documento. No Conglomerado o treinamento é realizado por 100% dos colaboradores.

Em complemento, a instituição detém de canal direto para denúncias, independente, autônomo e amplamente divulgado, responsável por receber e tratar as comunicações de situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas com as atividades da instituição. A atuação do Canal de Denúncias alcança também a identificação de práticas que fujam do Código de Conduta e Ética.

4.4. Mensuração de Riscos

O Conglomerado Prudencial Zema dispõe de políticas, ferramentas e processos bem definidos para a mensuração dos riscos incorridos em seus negócios.

A Instituição conta com uma estrutura de gerenciamento do risco de crédito visando o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito em todas as suas carteiras, abrangendo: processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito em todos os produtos das carteiras, a avaliação dos impactos de mudanças potenciais no ambiente econômico, estabelecimento de limites de exposição e mecanismos de mitigação de risco.

Um indicador vital na análise do risco de crédito é a Perda Esperada, apurado mensalmente, e que considera: a classificação da exposição, o ambiente macroeconômico corrente e alterações previstas no curto prazo, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, e expectativa de recuperação do crédito, incluindo concessão de vantagens, custos de execução e prazos. Juntamente à Perda Esperada, é computado o valor em risco (VaR) de crédito.



Em se tratando de Risco de Liquidez, a Instituição objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes temporais, em situações normais ou de estresse, contemplando a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores a 90 dias. Observa-se, para a compreensão do Risco de Liquidez, os movimentos de caixa frente as posições em ativos líquidos e a exposição em passivos instáveis em relação ao total.

No Risco de Mercado o Conglomerado além de limites de exposições definidos em políticas internas e do monitoramento de tais limites, utiliza-se o indicador de valor em risco frente a variações das taxas de juros da carteira bancária. A estratégia do Conglomerado proíbe a atuação com operações classificadas na Carteira de Negociação.

A estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais da instituição tem por propósito implantar, operacionalizar e manter um processo de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais relativos aos processos do Conglomerado. E realiza, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados.

Os resultados das avaliações de riscos são registrados em uma Matriz de Risco, permitido a visualização e entendimento dos riscos, seus controles e mitigações.

Ainda, realiza-se, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados. Os riscos críticos cujos controles não sejam adequados devem ser alvo de planos de ação tempestivos para sua adequação.

4.5. Processo de Reporte

O reporte à Diretoria Executiva é realizado por meio do Relatório de Gerenciamento de Riscos, apresentado, discutido e aprovado mensalmente no Comitê de Riscos, Capital e PLD. O relatório congrega os resultados das análises técnicas realizadas para o acompanhamento dos riscos nos segmentos do negócio, bem como a identificação de medidas a serem tomadas diante dos cenários apresentados.

4.6. Testes de Estresse

A instituição, em seu programa de Teste de Estresse, utiliza a metodologia de Análise de Sensibilidade para avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante no capital da instituição, sua liquidez ou valor de um portfólio.

RELATÓRIO DE PILAR III



Para o Risco de Crédito, a carteira é estressada uniformemente através da piora dos níveis de risco, seguindo, para isso, a Resolução nº 2.682. Tal teste permite estimar o volume da PDD em um cenário onde as classificações de risco piorem em dois níveis.

No monitoramento da Liquidez da instituição, dois fatores de estresse são considerados: um aumento em 100% na inadimplência observada e uma redução de 80% no montante previsto para novas captações. A fim de captar as flutuações de mercado, apura-se a variação de ativos e passivos Marcados a Mercado (MTM) com um choque de 500 pontos base na curva de juros futuros.

O teste em questão identifica o potencial risco de perdas associadas a variação das taxas de juros.

Por fim, no cenário de estresse do Plano de Capital, realizado anualmente, utiliza-se uma piora em dois níveis de risco nos contratos e uma ampliação do CDI Futuro em duas vezes.

4.7. Estratégias de Mitigação

O gerenciamento do Risco Operacional do Conglomerado tem por objetivo a identificação de riscos e fragilidades nos processos operacionais para avaliação/adoção de planos de melhorias e ações, visando a mitigação ou redução de possibilidade de perdas. Para efetividade desse processo a área Controle de Riscos Corporativos trabalha em duas frentes: identificação, análise das ocorrências e respectivas correções por meio de processos de melhoria, prevenção e execução periódica e coordenada de programas de *compliance*, adequando o sistema de controles internos e antecipação de possíveis ocorrências de erro operacional ou eventuais descumprimentos de natureza regulatória. Através da Matriz de Risco gerada nas atividades de mapeamento, é possível identificar de forma detalhada os riscos que a instituição está exposta para tomada de decisões e acompanhamento das áreas envolvidas.

Todo o sistema de controles é representado pelas políticas e procedimentos instituídos pela Administração da instituição para permitir o entendimento e compreensão das diretrizes e responsabilidades com reflexo em toda organização, do comprometimento da administração, do corpo gerencial e demais colaboradores com a conformidade das operações executadas e, consequentemente com a credibilidade e solidez do negócio.



4.8. Gerenciamento de Capital

A estrutura de Gerenciamento de Capital mantida pela Zema Financeira abrange o Conglomerado Prudencial formado pela própria Zema Financeira e Zema Administradora de Consórcio. O conglomerado conta com uma Estrutura de Gerenciamento de Capital Regulatório composta de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento do Capital da Instituição de acordo com os requerimentos definidos pela alta administração e as diretrizes divulgadas pelo regulador.

O processo de gerenciamento de capital do Conglomerado prevê a captura de riscos e alterações de cenários macroeconômicos capazes de proporcionar alterações sobre sua estrutura de capital. O Planejamento de Metas e Necessidades de Capital abrange um horizonte mínimo de 36 meses, especificando: As metas e objetivos estratégicos e de negócio para o horizonte de planejamento considerando as variáveis macroeconômicas e contexto interno da Instituição.

A Previsão do Capital exigido para fazer face aos riscos decorrentes das metas e objetivos do negócio no horizonte de planejamento. Adicionalmente é efetuado o monitoramento periódico do Capital Requerido (PRE) versus o Capital Disponibilizado (PR) sendo as insuficiências, os desvios e as discrepâncias com relação ao Planejado, reportados a Diretoria Executiva. A Avaliação do Capital requerido leva em consideração os riscos cobertos pelo PRE, RBan e outros riscos e fontes de risco não cobertas pelo PRE, e pondera as possíveis mudanças nas condições de mercado inclusive os eventos severos em condição de estresse.

5. RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento dos Riscos de Crédito consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através de políticas e processos de gestão, de limites consistentes com as estratégias de negócios e de metodologias voltadas a sua administração.

Define-se como risco de crédito a possibilidade de perdas associadas as seguintes ocorrências:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

RELATÓRIO DE PILAR III



A Área de Controle de Riscos Corporativos é responsável pelo monitoramento do risco de crédito e pelos reportes mensais enviados a alta administração com o comportamento dos limites estabelecidos.

5.1. Políticas e diretrizes para o gerenciamento do Risco de Crédito

As políticas de gerenciamento do Risco de Crédito mantidas pelo conglomerado prudencial visam orientar a tomada de decisões de alocação de recursos financeiros, junto a tomadores de crédito, minimizando as perdas, garantindo o cumprimento de determinações legais, normas, procedimentos e controles aplicáveis, considerando, ainda, a avaliação de cenários e o acionamento de planos de contingência.

Nestes documentos são definidos:

- Os conceitos, requerimentos e processos que devem ser adotados para o gerenciamento do risco de crédito;
- As atribuições e responsabilidades associados ao gerenciamento do Risco de Crédito;
- Os instrumentos e indicadores utilizados;
- Os limites a serem observados para os indicadores de gestão adotados; e
- As ações a serem adotadas em contexto de situações de extrapolação ou iminência de extrapolação dos limites (Ações de Gerenciamento e Planos de Contingência).

5.2. Sistemas de Controle

O conglomerado adota processo estruturado para o gerenciamento do Risco de Crédito que envolve:

- Coleta, documentação e arquivo das informações necessárias para a completa compreensão do risco de crédito envolvido nas operações, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito;
- Realização da biometria facial como instrumento de antifraude;
- Detecção de indícios e prevenção da deterioração da capacidade de recebimento de operações, com base no risco de crédito;
- Avaliação da situação econômica financeira, bem como outras informações cadastrais atualizadas do tomador;
- Apuração da Perda Esperada e comparação dos valores apurados com as Perdas Efetivas;
- Monitoramento dos limites operacionais;

RELATÓRIO DE PILAR III



- Conferência da compatibilidade entre o capital alocado para o risco de crédito (RWAcpad) frente ao limite estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco (RAS).

5.3. Exposição ao Risco de Crédito

O presente tópico é destinado à publicidade das informações quantitativas da Carteira de Crédito.

Os dados estão dispostos de forma a permitir a aferição dos valores consolidados para o último semestre de 2020, e uma comparação com o trimestre imediatamente anterior e o mesmo período do ano passado.

TABELA 1 – EXPOSIÇÃO POR REGIÃO GEOGRÁFICA (R\$ MIL)

Região	4T2020	3T2020	4T2019
Centro-oeste	40.041	33.940	32.838
Nordeste	32.476	35.022	31.653
Norte	780	640	79
Sudeste	460.755	425.579	383.802
Sul	38.533	29.920	15.284
Total	572.585	525.101	463.656

TABELA 2 – EXPOSIÇÃO POR FAIXA DE RISCO (R\$ MIL)

Faixa de Risco	4T2020	3T2020	4T2019
A	381.635	341.279	308.216
B	33.898	29.428	31.279
C	21.640	19.733	19.669
D	16.641	14.036	15.201
E	16.948	12.928	14.801
F	13.205	10.065	11.242
G	11.266	13.238	9.651
H	77.351	84.394	53.597
Total	572.585	525.101	463.656

RELATÓRIO DE PILAR III



TABELA 3 – EXPOSIÇÃO POR TIPO DE CONTRAPARTE (R\$ MIL)

Tipo	4T2020	3T2020	4T2019
Pessoa Física	571.763	523.862	460.089
Pessoa Jurídica	822	1.238	3.566
Total	572.585	525.101	463.656

TABELA 4 – CONCENTRAÇÃO 10 E 100 MAIORES EXPOSIÇÕES INDIVIDUAIS (R\$ MIL)

Maiores Exposições	4T2020	3T2020	4T2019
TOP 10	0,2%	0,3%	0,8%
TOP 100	0,5%	0,6%	1,1%

TABELA 5 - EXPOSIÇÃO POR PRAZO DE VENCIMENTO: PESSOA FÍSICA (R\$ MIL)

Faixa de Risco	4T2020	3T2020	4T2019
Vencido a Partir de 15 Dias	79.754	84.820	68.180
A Vencer em até 90 Dias	210.703	194.278	175.540
A Vencer Entre 91 a 360 Dias	241.170	215.151	201.263
A Vencer Entre 361 a 1080 Dias	40.123	29.590	15.069
A Vencer Entre 1081 a 1800 Dias	14	21	37
A Vencer Entre 1801 a 5400 Dias	-	-	-
A vencer Acima de 5400 Dias	-	-	-
Total	571.763	523.862	460.089

6. RISCO DE LIQUIDEZ

Define-se o Risco de Liquidez como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, ou a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento dos riscos de liquidez consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através de políticas e processos de gestão, de limites consistentes com as estratégias de negócios e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico.



6.1. Políticas e diretrizes para o gerenciamento do Risco de Liquidez

As empresas Zema Financeira e Zema Administradora de Consórcio definem em vossas políticas de gerenciamento do risco de liquidez as seguintes diretrizes:

- I. Os conceitos, requerimentos e processos que devem ser adotados para o gerenciamento do risco de liquidez;
- II. Os instrumentos e indicadores utilizados na gestão do risco de liquidez;
- III. Os limites a serem observados para os indicadores de gestão adotados;
- IV. As ações a serem adotadas em contexto de situações de falta de liquidez (Planos de Contingência).

6.2. Estrutura de Gestão

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez da Zema Financeira abrange o conglomerado prudencial formado pela própria Zema Financeira e Zema Administradora de Consórcio.

A estrutura de Gestão do Risco de Liquidez é composta por:

- I. Estratégias para o gerenciamento do risco de liquidez claramente documentadas, que estabeleçam limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da instituição;
- II. Estrutura organizacional composta por:
 - a. Diretoria Executiva;
 - b. Diretoria Administrativo / Financeiro;
 - c. Presidência;
 - d. Gerência de Controle de Riscos Corporativos;
 - e. Tesouraria.
- III. Processos e sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, contemplando, no mínimo, a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores a 90 (noventa) dias;
- IV. Garantia de um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser prontamente convertidos em caixa em situações de estresse;

RELATÓRIO DE PILAR III



- V. Estrutura de captação de recursos adequado ao risco de liquidez dos ativos e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial da instituição;
- VI. Diversificação adequada das fontes de captação de recursos;
- VII. Avaliação, com periodicidade mínima anual, dos processos de gerenciamento do Risco de Liquidez;
- VIII. Políticas e estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- IX. Plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- X. Avaliação do risco de liquidez como parte do processo de aprovação de novos produtos, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes.

6.3. Captações e Ativos de Liquidez

Nas tabelas a seguir são apresentadas as informações de Ativos de Liquidez, Captações Totais e o Índice de Captações com Liquidez, que mede a proporção entre as captações líquidas em relação ao total.

TABELA 6 – ATIVOS DE LIQUIDEZ (R\$ MIL)

Ativo de Liquidez	4T2020	3T2020	4T2019
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	59.673	72.342	143.330
Disponibilidades	40	34	3.552
TVM e Instrumentos Financeiros	100.928	100.454	-
Derivativos			
Total	160.641	172.830	146.882

TABELA 7 – CAPTAÇÕES DE RECURSOS (R\$ MIL)

Descrição	4T2020	3T2020	4T2019
Depósitos Interfinanceiros	181.333	159.858	68.720
Recursos e Aceites Cambiais	257.952	276.810	333.562
Total de Captações	439.285	436.669	402.283



7. RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado representa a possibilidade de ocorrências de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Estas perdas podem ser oriundas do risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou do risco de variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

7.1. Políticas e diretrizes para o gerenciamento do Risco de Mercado

O Conglomerado define em sua Política de Gerenciamento de Risco de Mercado processos com as seguintes diretrizes e requerimentos:

- I. Garantir a identificação prévia dos riscos inerentes a novas atividades e produtos e a análise prévia de sua adequação aos procedimentos e controles adotados pela instituição;
- II. Prever a avaliação do risco de mercado decorrente de variações adversas nos fatores de risco de mercado que impactam as carteiras da organização incluindo as variações extremas improváveis, porém possíveis (estresse), cujos resultados devem ser considerados ao estabelecer ou rever as políticas e limites para a adequação de capital.
- III. Os controles e ferramentas de gerenciamento devem considerar todos os fatores de risco associados aos instrumentos financeiros existentes no portfólio do Conglomerado, independentemente do seu volume de negociação corrente.
- IV. Os documentos de formalização das estratégias, limites operacionais, critérios e parâmetros de gerenciamento do risco de mercado devem ser revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria Executiva.

7.2. Estrutura de Gestão

O Conglomerado Zema formado pela Zema Financeira e Zema Administradora de Consórcio conta com uma estrutura voltada ao gerenciamento e monitoramento do risco de mercado associado às carteiras de negociação e carteira bancária. O monitoramento é efetuado por área independente (Controle de Riscos Corporativos) que analisa as posições detidas pela instituição com o objetivo de apoiar a tomada de decisões de negócio e mitigação da possibilidade de perdas resultantes da flutuação, nos valores de mercado.

RELATÓRIO DE PILAR III



O departamento de controle de Riscos e *Compliance* atua no gerenciamento do risco de mercado através dos seguintes requerimentos:

- a) Definir e operacionalizar políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos de mercado, claramente documentadas, que estabeleçam limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os limites definidos na declaração de apetite ao risco (RAS).
- b) Utilizar processos, técnicas, sistemas e instrumentos para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para aquelas classificadas na carteira bancária. Esses instrumentos devem abranger todas as fontes relevantes de risco de mercado e gerar subsídios para elaboração relatórios tempestivos para a diretoria da instituição.

7.3. Mensuração da Carteira Bancária

O Valor em Risco (*Value at Risk* - VaR) está sendo apurado pelo método do Pjur 1. Na tabela abaixo demonstramos a VAR Total apurado para os diferentes instrumentos financeiros que compõe as carteiras ativa e passiva do conglomerado:

TABELA 9 – VALOR EM RISCO (VaR) (R\$ MIL)

Descrição	4T2020	3T2020	4T2019
VaR Total	2.473	3.019	1.085

8. RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Podemos incluir ainda o risco legal, pela inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como sanções decorrentes do descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela Instituição. O Risco Operacional pode ter origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas, processos e práticas inadequadas junto a Clientes ou relativas a produtos e serviços, interrupção indevidas das atividades da instituição, falhas em sistemas e processos e o descumprimento de prazos contratuais ou regulamentares.



8.1. Estrutura de gestão

A Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional mantida pela Zema Financeira abrange o Conglomerado Prudencial formado pela própria Zema Financeira e pela Zema Administradora de Consórcio. A Estrutura tem por objetivo ser robusta, atender as boas práticas de mercado e, também, atender os requerimentos definidos na Resolução 4.557 de 23 de Fevereiro de 2017.

A instituição possui Política interna para Gerenciamento do Risco Operacional, revisada anualmente pelo corpo de diretores e que abrange:

- I. Princípios, diretrizes, responsabilidades, procedimentos e ações a serem adotadas na gestão do risco operacional da Instituição;
- II. Instrumentos e indicadores utilizados na gestão do risco operacional;
- III. Limites a serem observados para os indicadores de gestão adotados;
- IV. Processos utilizados para o registro e gerenciamento dos incidentes e perdas significativas.

8.2. Ações de Gerenciamento

As ações de Gerenciamento do Risco Operacional ficam a cargo do departamento de Controle de Riscos Corporativos, setor ligado diretamente à presidência. Entre as atividades de mitigação do risco operacional realizadas pelo departamento estão o mapeamento de processos e identificação de pontos de vulnerabilidade, a elaboração e atualização de manuais de procedimentos, os registros e conferência da Base de Perda e reportes a alta administração.

Para gestão do Risco Legal a instituição possui plataforma sistêmica para monitoramento de leis e normas. O departamento de Controle de Riscos Corporativos é responsável pela divulgação das obrigações legais e normativas na instituição. Periodicamente o nível de aderência a obrigações legais é apurado através do preenchimento de programas de *compliance*.

8.3. Capital destinado ao Risco Operacional

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (RWAopad), o conglomerado adota a abordagem do Indicador Básico, conforme previsto no acordo de Basiléia sendo estabelecido na circular 3.640 do Banco Central do Brasil.

Na RAS (Declaração de Apetite ao Risco) a instituição define a parte do seu capital que é destinada ao Risco Operacional, o setor de Controle de Riscos Corporativos é responsável por verificar se os limites estabelecidos na RAS estão compatíveis com a parcela de capital apurada mensalmente no Demonstrativo de Limites Operacionais.



9. GESTÃO DE CAPITAL

Define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- I. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta;
- III. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

9.1. Estrutura de gestão

A estrutura de Gerenciamento de Capital mantida pela Zema Financeira abrange o Conglomerado Prudencial formado pela própria Zema Financeira e Zema Administradora de Consórcio. O conglomerado conta com uma Estrutura de Gerenciamento de Capital Regulatório composta de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento do Capital da Instituição de acordo com os requerimentos definidos pela alta administração.

O processo de gerenciamento de capital do Conglomerado prevê a captura de riscos e alterações de cenários macroeconômicos capazes de proporcionar alterações sobre sua estrutura de capital. Este processo tem como principais atividades:

- Monitoramento do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Na Política de Gerenciamento do Capital, a Diretoria Executiva estabeleceu os requerimentos para o planejamento e monitoramento do capital:

- I. O Planejamento de Metas e Necessidades de Capital deverá abranger um horizonte mínimo de 24 meses;
- II. O Planejamento de Capital deverá ser revisto e submetido a Diretoria Executiva pelo menos anualmente ou quando da ocorrência de mudanças significativas de contexto, externo ou interno à organização;

RELATÓRIO DE PILAR III



- III. Deverá ser efetuado o monitoramento periódico do Capital Requerido (PRE) versus o Capital Disponibilizado (PR) sendo as insuficiências, os desvios e discrepâncias com relação ao Planejado, reportados a Diretoria Executiva.
 - a. O monitoramento do Capital deverá ser efetuado mensalmente juntamente com a emissão do Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO.
- IV. O planejamento das metas e necessidades de Capital do Conglomerado abrangendo os 24 meses de horizonte mínimo de planejamento deverá especificar:
 - a. As metas e objetivos estratégicos e de negócio para o horizonte de planejamento considerando as variáveis macroeconômicas e contexto interno da Instituição;
 - b. A Previsão do Capital exigido para fazer face aos riscos decorrentes das metas e objetivos do negócio no horizonte de planejamento;
- V. A Avaliação do Capital requerido deverá:
 - a. Levar em consideração os riscos cobertos pelo PRE, RBan e outros riscos e fontes de risco não cobertas pelo PRE;
 - b. Considerar as possíveis mudanças nas condições de mercado inclusive os eventos severos em condição de estresse.
- VI. A Previsão do Capital a ser disponibilizado (PR) para fazer face aos riscos e capital requerido conforme o item b. acima: condições desfavoráveis e de estresse deverá explicitar as principais fontes de Capital para as situações de contingência.

9.2. Sistemas de controle

A instituição mantém ferramentas tecnológicas para elaboração do Plano de Capital. Através de tais ferramentas são projetados diferentes cenários e a respectiva alocação de ativos. A instituição mantém ainda ferramenta específica para elaboração do Demonstrativo de Limites Operacionais reportado mensalmente ao regulador.

Através das projeções de cenários e cálculo da necessidade de capital a alta administração define pela melhor alocação do capital entre seus ativos.

RELATÓRIO DE PILAR III



9.3. Composição do Índice de Basileia

9.3.1. Patrimônio de Referência

Descrição	4T2020	3T2020	4T2019
Patrimônio de Referência	156.944	158.569	115.490
Nível I	156.944	158.569	115.490
Capital principal-CP	156.944	158.569	115.490
Capital complementar	-	-	-
Nível II	-	-	-

9.3.2. Ativos Ponderados pelo Risco

Descrição	4T2020	3T2020	4T2019
Ativos ponderados por risco (RWA)	825.367	779.237	669.002
RWA para risco de crédito - RWACPAD	384.546	338.416	315.311
RWA para risco de mercado	-	-	-
RWA para risco operacional - RWAOPAD	440.821	440.821	353.691
Capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	2.473	3.019	1.085

9.3.3. Margens de Suficiência

Descrição	4T2020	3T2020	4T2019
Margem sobre o patrimônio de referência nível I requerido	107.422	111.814	85.385
Margem sobre o capital principal requerido	119.802	123.503	75.350
Margem de capital principal após pilar 1 considerando o adicional de capital principal	80.597	86.489	45.244
Margem sobre o PR considerando o capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária e o ACP	78.124	83.470	44.160



9.3.4. Índice de Basileia

Descrição	4T2020	3T2020	4T2019
Índice de Basileia Restrito	19,0%	20,4%	17,3%
Índice de Basileia Geral	18,7%	20,0%	17,1%

A variação negativa no Índice de Basileia observada em dezembro/2020 se explica pelo atendimento do Art. 25º da Resolução 4.192, “O valor ajustado do Capital Principal é limitado a 200% (duzentos por cento) do valor do capital social mencionado no art. 4º, inciso I, alínea a”. No mês de dezembro/2020 as reservas de lucro do conglomerado atingiram o volume de R\$ 131 MM ultrapassando o limite de 200% do Capital Social do Conglomerado. Quando tal limite é atingido a unidade regulada deve registrar no documento 2.061 (DLO) um redutor para o Capital Principal equivalente a diferença entre as reservas de lucro e 200% do capital social. Em dezembro o redutor alcançou o volume de R\$ 24 MM.

10. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A divulgação do presente relatório é de responsabilidade da Diretoria Executiva no sitio da instituição líder do Conglomerado, Zema Financeira, através do *link* <https://www.zemafinanceira.com/>, seção Quem Somos | Relação com Investidores.

O relatório deve ficar disponível pelo período de 5 anos contados de sua divulgação.